



CONGRESSO / Deputados e senadores aprovam projeto que deixa sob sigilo nomes de quem se beneficiou das emendas do relator em 2020 e 2021 e dá um nível duvidoso de transparência apenas para as verbas no futuro

Parlamentares mantêm orçamento secreto

» RAPHAEL FELICE

O Congresso Nacional aprovou o Projeto de Resolução (PRN) 4/21, que trata da transparência sobre repasses feitos pelas emendas do relator, as chamadas RP9, mecanismo do orçamento secreto. O placar entre os deputados foi de 268 votos favoráveis e 31 contrários. No Senado, a votação foi apertada: 34 votos sim e 32, não. Agora, a matéria vai para promulgação.

O projeto, apresentado pelas cúpulas da Câmara e do Senado, oculta os nomes de quem se beneficiou com o pagamento das RP9 em 2020 e 2021 e permite um nível de transparência, questionado por técnicos, só para os recursos no futuro.

As verbas do orçamento secreto estão suspensas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou, ainda, a divulgação dos autores das RP9. O futuro dos repasses está nas mãos da relatora da ação na Corte, ministra Rosa Weber.

O PRN aprovado garante para as emendas de relator um patamar igual à soma das emendas individuais, aquelas indicadas por cada deputado e senador, e das bancadas estaduais, viabilizadas pelo conjunto de parlamentares de um mesmo estado. Na prática, os repasses das verbas carimbadas como RP9 poderão superar R\$ 16 bilhões em 2022, ano de eleição presidencial, próximo ao valor autorizado para 2021.

O texto aponta, ainda, que o repasse das verbas e as solicitações que deram origem às emendas sejam publicadas no site da Comissão Mista de Orçamento (CMO). No entanto, a matéria prevê apenas que as solicitações das emendas do relator possam ser de "parlamentares, sociedade civil ou agentes públicos" e não deixa claro que o nome do

Waldemir Barreto/Agência Senado



O relator do PRN, senador Marcelo Castro, afirmou que a divulgação de nomes "é uma questão da mesa, e não da resolução"

parlamentar — o real autor da emenda — seja divulgado.

O líder da oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB/RJ), disparou contra a sessão de aprovação do texto. "É uma vergonha que o Parlamento esteja reunido para fingir que vai cumprir uma ordem judicial. O ato das mesas diretoras é uma afronta às decisões do STF", sustentou. "O relator que me perdoe, é orçamento secreto, sim, ou execução secreta do orçamento público, o que dá no mesmo."

Integrante da base do governo, o deputado federal Cacá Leão (BA), líder do PP na Câmara, disse não haver um orçamento secreto. "Hoje, todos os acordos são feitos às claras. Quem critica entende pouco como é feito o orçamento. É diferente do que aconteceu no passado, em que esses acordos eram feitos e ficavam nas mãos

Ato de blindagem

Além do projeto de resolução, um ato assinado pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e já publicado manteve em segredo os nomes dos padrinhos do orçamento secreto beneficiados com os repasses nos dois últimos anos. A medida do Supremo determinou a divulgação dos autores. A cúpula do Congresso agirá agora para a Corte destravar os repasses.

dos poderosos de plantão, sendo validados por mensalinhos e mensalões", defendeu.

O relator da proposta, senador Marcelo Castro (MDB-PI),

admitiu que os nomes do orçamento secreto poderiam ser divulgados, mas afastou a possibilidade de regulamentar isso por meio da resolução. "Isso é uma questão da mesa, e não da resolução", frisou, reforçando que a transparência está garantida para o futuro. "Eu acho que grande parte teria condição de recuperar, mas o que é que adianta dar uma parte se não dá toda? Aí, o Supremo vai dizer que não atende a decisão da mesma forma."

Ele ainda destacou que a provocação do STF a respeito do tema foi importante porque vai trazer melhorias para o mecanismo de repasse, como a imposição de um valor limite de verbas. "O volume desses recursos, eu interpreto e entendo que são excessivos. Este ano, o relator-geral fez R\$ 30 bilhões em emendas do relator", afirmou. (Com Agência Estado)

» Em defesa das emendas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a manutenção das emendas do relator e a ocultação dos nomes de quem apadrinhou o orçamento secreto nos dois últimos anos. "Há mecanismos de combate desses malfeitos, desses desvios e desses crimes, mas não é a existência da emenda do relator que é, por sua natureza, algo ilícito, porque não é", enfatizou. "Aliás, o que vai salvar muita gente no Brasil, muitos municípios, muitos hospitais, são os recursos que estão indicados pelo relator e que precisam ser destravados", afirmou Pacheco, em discurso a empresários no Paraná.

Consultoria contradiz Lira e Pacheco

A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado disse ser possível revelar os parlamentares responsáveis pela indicação das emendas do relator, as chamadas RP9, mecanismo do orçamento secreto.

A nota técnica contraria a versão dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Na semana passada, ambos sustentaram a impossibilidade de cumprir 100% a determinação da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), de dar transparência às emendas.

"Se houve milhares de demandas e os relatores-gerais encaminharam-nas na forma de indicações, algum tipo de procedimento organizativo tiveram para fazê-lo, e algum registro documental ou informacional mantiveram para seu próprio controle; caso contrário, teriam agido sem saber o que estavam fazendo (o que evidentemente não é o caso)", diz a nota. "Nada, absolutamente nada, obsta que sejam publicadas essas informações. Não há impossibilidade fática de registro de demandas, mas, sim, divulgar os elementos e documentos que já existem", acrescentou.

A nota foi emitida após pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição na Casa. "Decisão judicial se cumpre, mas o Congresso tenta burlar a ordem do STF editando um 'orçamento secreto' recauchutado. Espero que o tribunal, vendo sua autoridade ser questionada, coloque as coisas em seu devido lugar", escreveu o parlamentar no Twitter. (RF)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Doria e Moro iniciam dança do acasalamento da 3ª via

O governador de São Paulo, João Doria, e o ex-ministro da Justiça Sergio Moro inauguraram a dança de acasalamento da chamada terceira via, cada qual sinalizando suas prioridades para a escolha de um vice na chapa que pretendem encabeçar. Estão observando a pista Ciro Gomes (PDT), Luiz Henrique Mandetta (DEM), Alessandro Vieira (Cidadania), Rodrigo Pacheco (PSD) e Simone Tebet (MDB), todos pré-candidatos, que parecem dispostos a aguardar a orquestra encerrar a sessão de boleros e começar o sertanejo para decidir o que vão fazer.

Nem bem comemorou a vitória nas prévias do PSDB, o governador paulista revelou que gostaria de uma mulher na chapa como vice, num recado claro para Tebet, a senadora que preside a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e se destacou na CPI da Covid. Doria tem boas relações com o ex-presidente Michel Temer e uma aliança com o presidente do MDB,

deputado Baleia Rossi (SP), responsável pelo lançamento da candidata sul-mato-grossense. Tebet tem mais apoio na bancada do Senado do que entre os deputados liderados por Rossi.

Catapultado pelas redes sociais, nos quais lavajatistas e ex-bolsonaristas focaram seu nome, Moro surfa a onda de sua filiação ao Podemos e procura ocupar o espaço vazio deixado pela queda de popularidade do ex-presidente Jair Bolsonaro e a estagnação dos concorrentes da terceira via. Até agora, Moro fez movimentos muito precisos, a começar pela indicação do economista Celso Pastore para cuidar da sua relação com a turma da Faria Lima.

Moro não cometeu erros e explora o baixo índice de popularidade de Bolsonaro, que, segundo pesquisa Atlas, divulgada ontem, está em 29% de aprovação, contra 65% de desaprovção. O ex-juiz priorizou sua movimentação na direção dos militares, ao filiar o general Santos Cruz ao Podemos, e troca

afagos com o vice-presidente Hamilton Mourão, que tem a pretensão de disputar o governo do Rio de Janeiro. Sinaliza certa prioridade na montagem dos palanques regionais. Aqui em Brasília, por exemplo, fortalece a candidatura de Antônio Reguffe (Podemos).

Ciro é uma espécie de feinho no baile. Não conseguiu atrair o PSB para uma aliança, nem os partidos de centro-esquerda. Com as articulações para formação de uma federação encabeçada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reuniria o PT, o PSB e o PSol, o ex-governador do Ceará pode perder mais espaço político, além de ter sido ultrapassado por Moro. O resultado é a forte pressão da bancada federal do PDT para que retire sua candidatura, em favor da incorporação da legenda à frente de esquerda que está sendo formada. Ninguém sabe até quando o presidente do PDT, Carlos Lupi, resistirá às pressões.

Decantação

Mandetta já se posiciona como vice, embora não tenha retirado a pré-candidatura no União Brasil, cuja sobrevivência temporária está relacionada à escolha de Doria nas prévias do PSDB, o que afastou qualquer possibilidade de aliança com os tucanos. O presidente do União, deputado Luciano Bivar (PE), chegou a anunciar que a legenda apoiaria Moro, mas o ex-ministro da Saúde se manteve como pré-candidato. O União é uma força eleitoral de centro-direita, no qual Bolsonaro ainda tem muita influência, principalmente na Câmara.

Não muito diferente é a pré-candidatura do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que não decola. Até os pés-de-moleque de Ouro Preto sabem que o sonho do presidente da legenda, Gilberto Kassab, é emplacar o presidente do

Senado na vice de Lula, mas essa é uma aliança difícil de ser costurada na legenda, que é bem conservadora. A sustentabilidade da candidatura de Pacheco está muito associada à política de Minas, por suas relações com o senador Antônio Anastasia (PSD) e o deputado federal Aécio Neves (PSDB), um desafeto de Doria.

Outra pré-candidatura no salão é a de Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que se destacou na CPI da Covid e lidera, no Senado, a resistência ao Orçamento Secreto. O senador sergipano é um dos articuladores da chamada terceira via — por enquanto, dança sozinho. Seu partido é assediado por Moro, que conta com apoio do líder da bancada na Câmara, Alex Manente (SP), e por Doria, que já conversa com o presidente da legenda, o ex-deputado Roberto Freire. O Cidadania deve manter a pré-candidatura e esperar o cenário decantar.